



ISSN 1984-5634

## ARTIGO

# “NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU!” O LINCHAMENTO DE LÍDIO PAIXÃO EM ARACAJU/ SE, 1954

*“Nobody knows, nobody saw it!” The lynching of Lídio Paixão in Aracaju/SE, 1954*

**JANAINA CARDOSO DE MELLO<sup>1</sup>**

### RESUMO:

Lídio Antônio Paixão, nascido em Laranjeiras (SE), foi linchado em praça pública no dia 24 de agosto de 1954. Mecânico, filiado à UDN, exímio orador, batizara seu terceiro filho do segundo casamento como “Getúlio”. Naquele fatídico dia, quando chegaram as notícias do suicídio do presidente da República Getúlio Vargas, fora acometido por sua paixão política e ao tentar falar à multidão encontrou a morte. No inquérito policial do caso, as quatro testemunhas arroladas narraram a tragédia e afirmaram “não terem visto nada” e “não terem identificado ninguém” pela autoria daquele crime bárbaro. Com base nessa documentação do Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, busca-se compreender aquele acontecimento na reação de uma multidão ao se tratar da política brasileira, traçando um paralelo entre a história local e a nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política; Linchamento; Getúlio Vargas.

### EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

### EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

**SUBMETIDO:** 31.05.2017

**REVISADO:** 09.01.2020

**ACEITO:** 23.04.2020

### ABSTRACT:

Lídio Antônio Paixão, born in Laranjeiras (SE), was lynched in Public Square in day August 24, 1954. Mechanic, affiliated with the UDN, expert speaker, did your third son from the second marriage as “Getulio”. On that fateful day, when the news came through of the suicide of the President of the Republic Getúlio Vargas, affected by your passion outside politics and when trying to speak to the crowd met his death. In the police investigation of the case, the four witnesses reported the tragedy and individual stated “have not seen anything” and “have not identified anyone” for his of that barbaric crime. Based on this documentation of the Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, understand that in the event of a crowd reaction to the case of brazilian politics, drawing a parallel between the local and national history.

**KEYWORDS:** Politics; Lynching; Getúlio Vargas.

### COMO CITAR:

MELLO, J.C. “Ninguém sabe, ninguém viu!” O linchamento de Lídio Paixão em Aracaju/ SE, 1954. *Aedos*, v. 13, n. 30, p. 148-164, jan.–jun., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

<sup>1</sup> Doutorado em História Social (UFRJ), Professora Adjunta do Departamento de História na Universidade Federal de Sergipe (DHI-UFS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFS). E-mail: janainamello.ufs@gmail.com

O sol já esquentava os ânimos em Aracaju, Sergipe, naquela manhã do dia 24 de agosto de 1954. As 11:30h divulgaram a notícia do suicídio do presidente da República, Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Por todos os lados da geografia brasileira emanaram consternação e conflitos. Em Aracaju o povo acorreu à Praça Fausto Cardoso, ponto de culminância das passeatas que se realizaram pelas ruas da capital.

Aqueles seriam os últimos momentos da vida de Lídio Antônio Paixão, nascido em Laranjeiras como o pintor Horácio Hora, o literato João Ribeiro e o poeta João Sapateiro, em 1898, tendo logo cedo se desterritorializado para fixar residência no Rio de Janeiro, onde serviu ao exército e se especializou como técnico de mecânica de refrigeração (PAIXÃO, 2004).

As andanças de Lídio Paixão pelo Rio de Janeiro não abrandaram a saudade da terra natal e assim que pôde arrumou suas coisas e voltou para Sergipe, onde encontrou o amor primeiro nos braços de Maria Teles, com quem concebeu cinco filhos e mais tarde, já separado da primeira esposa, apaixonou-se por Helena Custódio Matos, tendo mais quatro filhos. Desse último enlace, seu terceiro filho foi batizado como “Getúlio” (PAIXÃO, 2004).

Sem ocultar uma terceira paixão – a política – envolveu-se na Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo partidário da União Democrática Nacional (UDN) pela qual concorreu como Deputado Estadual nas eleições de 1947. E seria essa sua última paixão, que o levara a desenvolver seus talentos como orador, que incidiria em sua morte promovida por um ato extremado de uma multidão furiosa com os acontecimentos que assolavam o país.

É um pouco da história de Lídio Paixão, do contexto turbulento brasileiro naqueles idos de 1954, de seu linchamento na praça em frente ao Palácio do Governo do Estado de Sergipe, do processo instituído para averiguar aquelas circunstâncias e de quatro testemunhas arroladas ao processo que em suas falas “nada ouviram”, “nada viram”, “a ninguém reconheceram” e “de nada sabiam”, que esse artigo se debruça para traçar o cotidiano de homens e mulheres comuns, de suas esperanças e desventuras e de como história local e nacional se encontram no grito das ações de revolta e desespero.

As fontes documentais locais utilizadas para esse estudo concentram-se digitalizadas no Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe configuradas no Inquérito Policial do crime ocorrido, bem como na iconografia do espaço onde ocorreu o crime na praça Fausto Cardoso e na documentação relacionada ao suicídio de Getúlio Vargas do CPDOC/FGV.

Os antecedentes historiográficos utilizados como referência para Sergipe são balizados pela monografia de Rosemary Bonfim Santos (1999), Fernando Sá (2004), Terezinha Oliva (2014), Sérgio Montalvão (2017), dentre outros. Já em ambiência mais geral as reflexões de Luciana Quillet Heymann (2017), Lucília de Almeida Neves (2005), Jorge Ferreira (2003), Angela de Castro Gomes (1998), George Rudé (1991), etc.

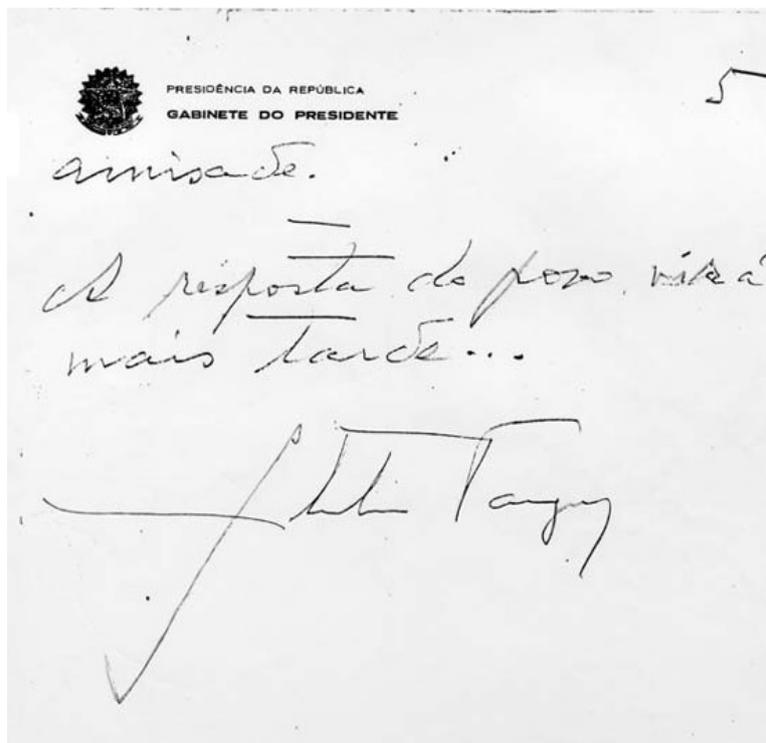
A metodologia adotada segue o cotejamento de fontes para análise qualitativa comparativa de conteúdo de bibliografia, documentos e imagens. A narrativa, como um quebra-cabeças, pretende ir montando as partes para que se chegue ao todo desse enredo.

## LÁ DO RIO DE JANEIRO, O SOM DO TIRO E DAS RUAS.

Catete, Rio de Janeiro, Palácio do Governo da Presidência da República, morada do então presidente Getúlio Vargas. O dia 24 de agosto de 1954 trouxe o som de um tiro às 8:25h configurado no suicídio do líder máximo da nação acompanhado por uma Carta Testamento que desfiou não apenas o legado de Vargas que “saiu da vida para entrar na história”, mas promoveu convulsões generalizadas no país contra aqueles que foram apontados no texto como seus algozes e do país. Segundo Luciana Quillet Heymann (2017), foi atribuída a culpa pelo trágico desfecho aos:

[...] grupos internacionais cujos interesses o governo contrariara, aliados a grupos nacionais que se opunham ao que Vargas definia como “o regime de garantia do trabalho”. Unidos, eles haviam deflagrado um bombardeio sem tréguas ao qual o presidente não mais podia resistir, um bombardeio que pretendia atingir sua pessoa, mas que, segundo suas palavras, visava a derrotar as conquistas que o governo assegurara ao povo brasileiro. No texto, Vargas colocava-se, enquanto governante, no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte, buscava sagrar-se seu mártir e consolidar seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo.

Como ressaltou Heymann (2017) o uso da morte pelo próprio Vargas, o tiro que varou seu peito e ressignificou sua própria trajetória, livrando-o dos embates políticos insuperáveis em vida, mas conferindo-lhe sentido de heroísmo e legado no *post-mortem*, deixou nas mãos do povo (Figura 1) o último movimento estratégico no grande tabuleiro de xadrez em que se transformou a presidência do Brasil naquele momento.



**Figura 1** – Carta-testamento (cópia manuscrita e assinada) divulgada muitos anos após o suicídio de Vargas.

**Fonte:** CPDOC/FGV (GV c 1954.08.24/2).

O revólver Colt calibre 32 que tirou a vida do político de 71 anos não silenciou os ecos de seu feito. O tiro alvejou também o coração das multinacionais, dos militares e da imprensa que o atacaram ferozmente nos últimos tempos de seu governo.

As exigências de sua renúncia, bradadas no Congresso Nacional e nos demais setores da sociedade civil e militar, acusavam-no da violência contra opositores (o atentado contra Carlos Lacerda na rua Tonelero em 5 de agosto), da crise econômica e política nacionais. Porém, após sua morte da forma que ocorreu, os senadores foram os primeiros a se “apequenar” como transparece a fala de Ferreira de Sousa (UDN-RN):

O momento é de reverência diante da eternidade, de silêncio à borda do túmulo. Não vale fazer discussões em torno de pessoas, de fatos. Por um instante, cessam as divergências, calam-se os argumentos, suspendem-se os dissídios e não se pronuncia palavra de crítica (WESTIN, 2017).

Mas não havia uma “*pax romana*” para o contexto vivenciado. A resposta popular seria evidenciada no mesmo dia 24 de agosto de 1954, quando grupos atacaram as redações de veículos contrários à Getúlio como *O Globo* e a Rádio Globo, da família Marinho, e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda.

Segundo Lucília de Almeida Neves (2005, p. 208), a embaixada norte-americana chegou a ser atacada por populares, havendo contra-ataque com gás lacrimogêneo e disparos para o alto. Tropas da polícia também precisaram proteger empresas estrangeiras da multidão no Rio de Janeiro. E ainda ressaltou Angela de Castro Gomes:

[...] quando Getúlio se suicidou, em 1954, sua popularidade explode em raiva e desespero popular, invertendo mais uma vez os rumos políticos traçados e considerados certos por seus opositores. Na ocasião, o povo volta a sair às ruas, chora e ataca os “inimigos” do presidente, enterrando-o em seus braços, mas mantendo-o vivo na memória, como, aliás, ele havia desejado (GOMES, 1998, p. 531-532).

A veia exposta do fracasso da segunda administração de Vargas decorreu do crescimento da inflação, da queda dos salários, do enfrentamento da greve dos 300 mil, da forte campanha dos Estados Unidos contra o café brasileiro culminando na redução de preços e exportação do produto (FERREIRA, 2003, p. 305). Retratando a situação da crise econômica brasileira, em um trecho de sua Carta Testamento, afirmava Getúlio Vargas:

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder (VARGAS, 1954).

Era atacado de todos os lados, tanto por UDN quanto por PCB, além do descontrole das ações de seu chefe de segurança Gregório Fortunato no atentado à Lacerda que vitimou o guarda-costas Rubens Vaz, major da Aeronáutica (FERREIRA, 2003, p. 306-307).

No dia 22 de agosto havia recebido ultimatos da Aeronáutica, da Marinha e do Exército para que renunciasse à presidência. Após reunião ministerial, Vargas aparentemente aceitara a proposta de licenciamento do cargo até que fossem investigados os acontecimentos da rua Tonelero. A notícia foi

dada ao país por Tancredo Neves antes das 5h da manhã do dia 24 de agosto, entretanto, os militares articulavam a deposição (FERREIRA, 2003, p. 309). Assim,

Antes de se deitar, entregou um envelope a João Goulart, pedindo que, em caso de necessidade, fosse para o Rio Grande do Sul e mostrasse o conteúdo da carta à imprensa gaúcha. Se não houvesse clima político em Porto Alegre, fizesse o mesmo em Buenos Aires. Mais tarde, sua filha Alzira ouviu o estampido de um tiro. Vargas estava morto. Sobre um móvel do quarto, Amaral Peixoto encontrou uma carta, logo nomeada Carta-Testamento. Aquela que estava com Goulart era uma cópia. Duas horas depois, por volta das nove da manhã, o país, estarecido, tomava conhecimento de seu conteúdo pelos microfones da rádio Nacional (FERREIRA, 2003, p. 309-310).

A centelha de fogo acendera o rastilho de pólvora e logo havia motins tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em Porto Alegre, onde a sede da UDN foi destruída e houve ataques ao *National City Bank* e à Importadora Americana S.A. No Distrito Federal a repressão policial aos amotinados resultou em dois mortos e dezenas de feridos. Em São Paulo houve greve nas empresas após o almoço e ato público na Sé. Na capital mineira, Belo Horizonte, a propaganda política da UDN foi queimada em praça pública, destruíram a sede do Instituto Brasil-Estados Unidos e houve invasão e depredação do consulado norte-americano (FERREIRA, 2003, p. 311-313).

Com base na leitura de Luiz Eduardo Soares, a pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira (2017) afirma:

Ao se matar, em 24 de agosto de 1954, conseguiu reviver politicamente e sobreviver a seus adversários. Com seu suicídio e sua Carta-testamento, voltou a ser agente do processo histórico. O povo, destinatário do gesto, se sente redimido como o foi pelo sacrifício de Cristo. A morte provoca um sentimento de fraternidade, já que o povo experimenta simbolicamente um sentido de unidade.

No Nordeste, as capitais Salvador, Natal, Fortaleza, Recife, Teresina e Aracaju também precisaram lidar com situações de desolação e revolta popular. Entretanto, pouco se abordou na historiografia os acontecimentos nessa geografia. E é assim, que ao estabelecer os nexos entre as ocorrências nos outros estados brasileiros e em Sergipe, Lídio Paixão ascende à história como vítima de um crime na praça que tragicamente unia pela eternidade dois inimigos históricos: Fausto Cardoso e Olímpio Campos.

#### **A PRAÇA, A MULTIDÃO, A VÍTIMA AGONIZANTE E O PROCESSO-CRIME SEM PISTAS.**

A praça que foi palco da tragédia que se desenrolou aos olhos de todos “sem que ninguém visse ou identificasse seus culpados” com seu monumento e nomenclatura em homenagem à memória cívica do político Fausto Cardoso foi inaugurada em 8 de setembro de 1912, sob a presidência do estado de Sergipe exercida por Antônio José Siqueira de Meneses.

No primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, após requerimento da comissão, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade, em frente ao palácio do governo, de praça Benjamim Constant para praça Fausto Cardoso, com as novas placas indicativas afixadas em 17 de abril. Em 15 de agosto, os restos mortais de Fausto Cardoso foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do monumento (MONTALVÃO, 2017, p. 4).

O monumento representava o êxito dos partidários de Cardoso que sozinhos arcaram com o custo do contrato dos serviços do escultor italiano Lorenzo Petrucci, no valor de 25 contos e 500 mil réis, ainda em 2011 (MONTALVÃO, 2017, p. 4).

Fausto de Aguiar Cardoso, natural do município sergipano de Divina Pastora, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1884, considerado discípulo de Tobias Barreto, exerceu o cargo de promotor público nas cidades de Capela e depois de Laranjeiras durante o período de ebulição da campanha republicana. Após sua destituição, em 1890, rumou para o Rio de Janeiro onde dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e ao magistério. Seus passos no magistério decorreram de sua nomeação como professor de história universal por Benjamin Constant, depois como lente de história da Escola Normal, lecionando ainda história da arte na Escola de Belas Artes e de filosofia do direito na Faculdade de Direito (MONTALVÃO, 2017, p. 1).

Eleito deputado federal em 1900 por Sergipe, Fausto Cardoso foi um crítico da presidência de Campos Sales (1898-1902) no Brasil republicano, do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, defensor das ideias de Rui Barbosa e ferrenho opositor do político conservador sergipano Monsenhor Olímpio Campos. Proferiu um virulento discurso, em 30 de abril de 1902, no qual “afirmou que os desmandos do presidente de Sergipe eram um ‘desrespeito à terra de Tobias Barreto’” (MONTALVÃO, 2017, p. 2).

Reeleito deputado federal em 1906, Fausto Cardoso retorna à Sergipe para liderar o movimento revoltoso popular contra o governo de Guilherme Campos e sua rede de influências políticas (MONTALVÃO, 2017, p. 3). Como afirmou a historiadora Terezinha Oliva (2014, p. 163): “estava, portanto, comprometido com a política de seu Estado e com o programa de conseguir a derrubada da oligarquia olimpista que ainda ponteeava em Sergipe”.

Entretanto, o desfecho dessa “novela” de um cotidiano nada pacífico não encerraria seus últimos capítulos sem mortos e feridos, assim,

A intervenção do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) mudou, porém, o curso dos acontecimentos. Tropas federais estacionadas na Bahia partiram para Aracaju e controlaram rapidamente os revoltosos, reempossando Guilherme Campos. Na retomada do palácio do governo em 28 de agosto de 1906, alvejaram Fausto Cardoso, que veio a falecer aos 42 anos de idade. Em decorrência, em 9 de novembro de 1906 Olímpio Campos foi assassinado com 11 tiros e duas facadas pelos filhos do deputado sergipano na praça XV de Novembro, na capital da República (MONTALVÃO, 2017, p. 3-4).

E é na biografia violenta do homenageado da praça que o sangue corre novamente na história sergipana durante a morte de Lídio Paixão na década de 1950. Ainda em relação à praça Fausto Cardoso, cenário do crime, o memorialista Murillo Melins afirma fazerem parte de suas recordações, enquanto testemunha dos acontecimentos, o discurso emocionado do Interventor Maynard Gomes da sacada do Palácio do Governo, pedindo calma aos sergipanos após os torpedeamentos dos navios mercantes na costa sergipana em agosto de 1942, deflagrando a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra as forças nazistas (MELINS, 2007, p. 50).

Melins cita ainda “[...] o linchamento do líder trabalhista Lídio Paixão, próximo à estátua de Fausto Cardoso, durante um ato público no dia 24 de agosto de 1954, dia do suicídio de Getúlio Vargas” (MELINS, 2007, p. 50).

Além da estátua em memória de Fausto Cardoso (Lídio Paixão não recebeu a mesma homenagem póstuma) a praça apresenta edificações da arquitetura oficial de Aracaju que valem à pena serem ressaltadas por serem citadas no Inquérito como a Delegacia do Ministério da Fazenda (Figura 2) que remonta ao período de formação da cidade, reformada no século XX, configurada pelo estilo eclético. Em 1860 abrigou as Majestades Imperiais em visita à Província de Sergipe (LEITE; NUNES, 1990).

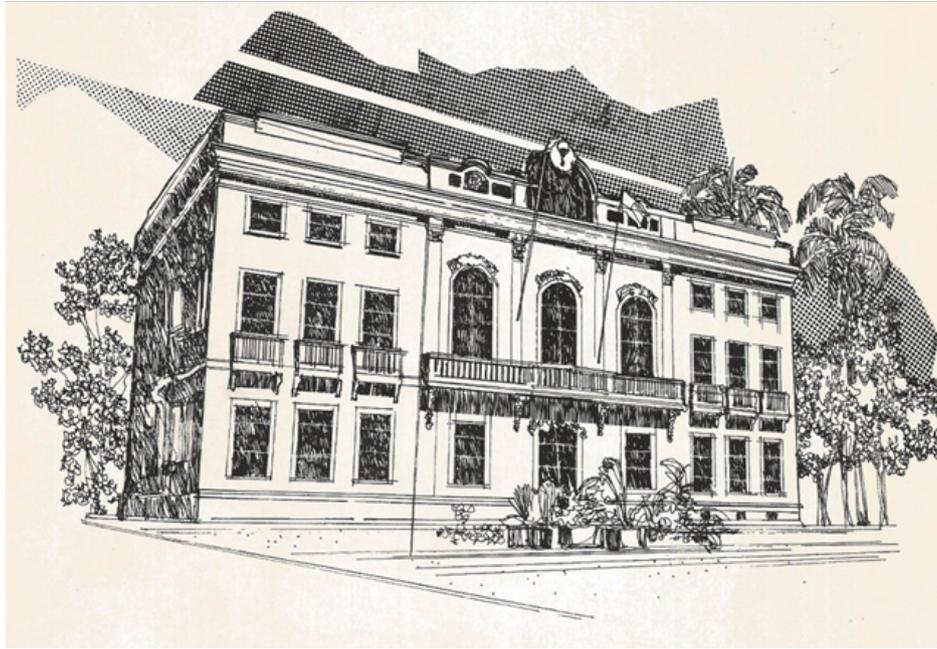


**Figura 2** – Delegacia do Ministério da Fazenda na Praça Fausto Cardoso. Desenho do Arquiteto Melcíades Souza.

**Fonte:** LEITE; NUNES, 1990.

As construções materiais que trazem os nomes dos políticos influentes em Sergipe remontam à reflexão de Jacques Le Goff (2000, p. 114) para quem “o documento é monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Assim, a praça Fausto Cardoso possui um percurso que pode ser observado através de uma etnografia histórica e se ressignifica no crime contra Lídio Paixão ao evocar a memória de outros fatos violentos ali decorridos.

Outro prédio presente no cenário das violências na capital sergipana é o Palácio Fausto Cardoso, antigo Tribunal de Contas (Figura 3). A construção data do século XIX ainda em estilo neoclássico que será alterado para o estilo clássico após as reformas em sua fachada. Foi em sua origem a sede a Assembleia Legislativa do Estado (LEITE; NUNES, 1990).



**Figura 3** – Palácio Fausto Cardoso – Tribunal de Contas na Praça Fausto Cardoso. Desenho do Arquiteto Melciades Souza.

**Fonte:** LEITE; NUNES, 1990.

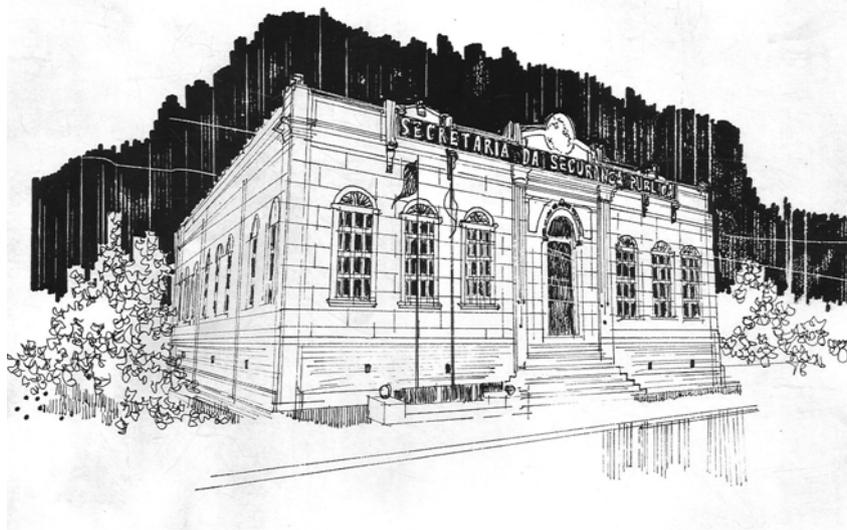
Para não deixar de mencionar a grande ironia do mesmo espaço, está na Praça Fausto Cardoso o Palácio do Governo Olímpio Campos (Figura 4), uma edificação do período de formação da cidade, finalizada em 1863 na presidência de Joaquim de Mendonça. Um prédio originalmente neoclássico projetado pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva, mas que foi alterado no limiar do século XX, passando a apresentar características ecléticas (LEITE; NUNES, 1990). Curiosamente, lado a lado, as edificações que trazem os nomes de inimigos declarados e reunidos pela eternidade na arquitetura da cidade.



**Figura 4** – Palácio Olímpio Campos na Praça Fausto Cardoso. Desenho do Arquiteto Melciades Souza.

**Fonte:** LEITE; NUNES, 1990.

Outro monumento da linha eclética que merece ser considerado, para a conformação do palco onde a trama do assassinato de Lídio Paixão é investigada, é o prédio da Secretaria de Segurança Pública (Figura 5), inaugurado em 1º de setembro de 1918 na administração do General Manoel P. de Oliveira Valadão, sendo seus construtores Firmino Muniz Barreto e Pedro de Sant'Anna.



**Figura 5** – Secretaria da Segurança Pública na Praça Tobias Barreto. Desenho do Arquiteto Melcíades Souza.

**Fonte:** LEITE; NUNES, 1990.

Revelado o cenário iconográfico, ao fechar das cortinas, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, iniciou seus trabalhos arrolando as testemunhas para prestarem suas declarações sobre o crime ocorrido. Assim, no dia primeiro de setembro, às 15h, o capitão Manoel Vicente Ferreira, segundo Delegado de Polícia e o escrivão nomeado Zózimo Ferreira de Almeida, receberam a primeira testemunha: João Ribeiro do Bonfim, 36 anos, casado, brasileiro, natural de Aracaju, residente na rua Simão Dias nº 1292, funcionário autárquico, alfabetizado. Disse ele:

[...] com a morte do Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República, o povo ao tomar conhecimento da lamentável notícia, explodiu em sentimento de pesar correndo as ruas, em passeata ordeira e pesarosa, num desabafo natural do que havia acontecido [...] depois de percorrer algumas ruas, terminaram na praça Fausto Cardoso num comício relâmpago; que depois de alguns oradores falarem, [...] aparece inopinadamente o senhor Lídio Paixão, pedindo [...] para dizer algumas palavras (INQUÉRITO, 1954, p. 9).

João foi a pessoa a quem Lídio solicitou a fala no comício e ele – “sempre teve aquele senhor como amigo do presidente morto” – permitiu que o mecânico, apaixonado por política, filiado à UDN, subisse no palanque. Entretanto, ao se distrair procurando um bom ângulo para fazer seus registros fotográficos da manifestação, houve a confusão na qual Lídio foi “arrancado do carro de alto falante” para ser linchado pela multidão. Naquela “pandemônio” relatou ter sido impossível “precisar os cabeças daquele trucidamento”. Para ele tudo fora tão rápido que chegou a duvidar da notícia do falecimento do agredido. E que mesmo estando lá, transportando o alto falante para o palanque, não conseguiu ouvir o pronunciamento de Lídio que causara aquela violenta reação popular (INQUÉRITO, 1954, p. 10).

Em 6 de setembro de 1954, o capitão Manoel Vicente Ferreira emitiu um despacho para que fossem ouvidas as testemunhas Renato Augusto Martins e José Bispo dos Santos, guardas civis responsáveis por prestar socorro à vítima “poucos instantes após seu trucidamento”. O escrivão substituto Zózimo de Almeida subscreve, em 8 de setembro, ter dado cumprimento ao despacho do segundo delegado, intimando as testemunhas que ficaram cientes da convocação (INQUÉRITO, 1954, p. 11).

O testemunho dos dois intimados ocorreu em 10 de setembro, às 10 horas da manhã, tendo por primeiro declarante Renato Augusto Martins, 40 anos, casado, brasileiro, nascido em Salvador (BA), residente na Av. Pedro Calazans nº 875, guarda civil, alfabetizado. O relato atesta que:

[...] aí pelas 11 horas, estava o depoente na porta do Palácio do Governo, a praça Fausto Cardoso, de serviço, quando desenrolava-se uma passeata que parara na mesma praça as imediações de um coreto que fica perto da ponte do Imperador; que de repente o depoente viu umas correrias para o lado do coreto, saindo mesmo do referido coreto seguindo diversos destinos; que como policiador de serviço, imediatamente deslocou-se para aquele local, aí já encontrando deitado em um dos canteiros do jardim da praça Fausto Cardoso, nas imediações do coreto, o senhor Lídio Paixão, já sem fala; que o depoente prontamente chamou seu colega José Bispo dos Santos e determinou que fosse buscar imediatamente um carro para conduzir o ferido para o hospital, voltando o guarda José Bispo dizendo que os motoristas tinham recusado a prestar aquele socorro, sob a alegação que o homem já estava morto; aparecendo entretanto um carro cujo proprietário o depoente não sabe quem é em vista da situação do momento; que posta a vítima nesse carro, o depoente tomou o mesmo veículo com um guarda municipal cujo nome não sabe e rumaram em grande velocidade para o hospital de Cirurgia, a fim de ver se era possível salvar a vítima; que uma vez no hospital ainda a vítima na mesa de operação pode verificar o depoente que o mesmo ainda estava vivo (INQUÉRITO, 1954, p. 12).

Ao ser perguntado se o depoente sabia quais pessoas haviam liderado o momento de violência contra Lídio Paixão, ele respondeu que não, disse que não ouvira o pronunciamento que a vítima teria feito à multidão na praça, que não suspeitava de ninguém que vira no local no momento do ocorrido e nem posteriormente ouvira falar de nenhum cúmplice daquele assassinato (INQUÉRITO, 1954, p. 13).

Mais uma testemunha convocada, José Bispo de Souza, compareceu no mesmo dia para apresentar sua versão do fato. Solteiro, natural do município sergipano de Arauá, morador da rua Porto da Folha n. 1426, em Aracaju. Afirmou em seu relato que na data e horário da agressão à Lídio Paixão estava estacionando seu carro em frente ao Palácio, quando lhe chamaram a atenção as correrias que partiam do comício improvisado próximo à Ponte do Imperador<sup>2</sup>, fruto de uma passeata em decorrência do falecimento do presidente da República. O depoente ao se dirigir imediatamente para o ponto de irrupção da anormalidade “encontrou o senhor Lídio Paixão quase trucidado [...] e ainda no meio da multidão embora largado para um lado, sem sentido e deitado sobre um canteiro do jardim”. Ao tentar fustar a multidão no exercício de sua função de policiador, recebera pontapés para conter o povo, chamando um guarda municipal e um guarda civil para acudir a vítima enquanto iria providenciar uma condução para levar Lídio Paixão ao hospital mais próximo. Ao retornar do ponto de automóvel, sem carro pois não havia nenhum chofer na praça, viu Renato colocando Lídio Paixão em um carro. Informou que em razão de “muita preocupação” não reconheceu ninguém, não viu e não soube de qualquer um que

2 Pier construído na ocasião da visita de D. Pedro II à Sergipe, no século XIX, às margens do rio Sergipe no centro de Aracaju. A edificação inicial em madeira depois foi substituída por outra em concreto.

tenha encabeçado aquele linchamento. Não sabia sequer o nome do guarda municipal que cooperara consigo naquele momento (INQUÉRITO, 1954, p. 14).

O Segundo Delegado, no entanto, após confirmar a identidade do guarda municipal referenciado no depoimento, mandou convocar João Francisco da Silva e ainda Leônidas Dantas para prestarem depoimento na Delegacia no dia 16 de setembro, às 14 horas (INQUÉRITO, 1954, p. 15).

Em 16 de setembro de 1954, compareceu João Francisco da Silva, 33 anos, solteiro, nascido em Matinha de Água Branca, em Alagoas, residente na rua Gararu n. 898, em Aracaju, guarda municipal, alfabetizado. Informou que na data do linchamento estava na frente do Palácio do Governo e após uma passeata em manifestação de pesar pela morte do presidente Getúlio Vargas, houve uma aglomeração popular na praça Fausto Cardoso, em forma de comício, e em pouco tempo ocorreram correrias para o lado do coreto, local para o qual se deslocou e ali encontrou “o inditoso Lídio Paixão, quase morto, deitado no chão em cima de um canteiro do jardim daquela praça”. Relatou o socorro prestado pelo guarda civil Renato e a posterior morte da vítima já no hospital por não resistir aos ferimentos. Afirmou não poder “apontar quem tomou aquela criminosa iniciativa” e nem o motivo do que fizeram (INQUÉRITO, 1954, p. 18).

Leônidas Dantas, outra testemunha, com 54 anos, casado, natural de Nossa Senhora das Dores em Sergipe, residente na rua Belém n.105 no Bairro Industrial, em Aracaju, era comerciante e alfabetizado. Testemunhou que no dia do fatídico acontecimento passava pela praça Fausto Cardoso onde era improvisado um comício por membros do Partido Trabalhista Brasileiro “em pesar pelo falecimento do seu patrono Getúlio Vargas” quando algumas pessoas gritando pediram-lhe para falar ao povo que lá estava em estado de inquietação e desespero. Ele, conhecido como “Rei Mômô”, subiu no estribo do carro e fez uma oração sucinta expressando seu sentimento de tristeza pelo ocorrido e ao terminar, Lídio Paixão também subiu ao carro. O depoente pediu ao mesmo para que não falasse, mas o outro respondeu-lhe que queria falar, que ele “também sabia falar bem” e logo que Lídio assumiu a palavra, Leônidas retirou-se do espaço indo para os lados da Delegacia Fiscal e que já próximo daquela repartição ouviu um alvoroço e ao olhar para trás se deparou com o guarda civil Renato junto com outro agente levando Lídio todo ensanguentado e que naquela mesma noite veio a saber do falecimento em razão do linchamento. Informou que “não notou entre os manifestantes alguém mais exaltado capaz de iniciar o linchamento porque estavam todos com o mesmo calor e não vira mesmo e nem ouvira alguém se dirigir para Lídio” (INQUÉRITO, 1954, p. 19-20).

A conclusão do caso do linchamento de Lídio Paixão foi descrita em um relatório de duas páginas datilografadas em 26 de outubro de 1954. O documento descreve de forma sucinta os fatos coletados junto às testemunhas durante o inquérito e os procedimentos para apuração do crime. Elementos novos apareceram como as oitivas com mais um representante do Partido Trabalhista Brasileiro, Humberto Andrade Amado, que declarou que à certa altura

gritavam aquele cidadão para que descesse de onde se encontrava, acusando-o de estar falando como representante de um partido político que não estava em boas graças do povo...avolumaram-se estas vozes de protesto e o declarante percebeu que a multidão forçou aquele cidadão a deixar o estribo do carro, de onde desceu aos empurrões e murros, desaparecendo no meio da massa que ali se comprimia; que nenhum dos que estavam no palanque pode tomar qualquer medida de defesa daquela vida barbaramente sacrificada (INQUÉRITO, 1954, p. 22).

O relatório ainda reforçou o testemunho de João Ribeiro Bonfim, as correrias que aconteceram em torno do coreto na praça Fausto Cardoso e a chegada dos policiadores ao local do fato já consumado (INQUÉRITO, 1954, p. 22).

Atesta-se que aos autos foi anexado o laudo de exame cadavérico procedido na vítima, concluindo que “ninguém identificou quem tomara parte no lamentável caso, nem sequer aponta, grosso modo, alguém implicado, daí a impossibilidade de se imputar o bárbaro crime a quem quer que seja”. Os autos foram encaminhados ao Juiz de Direito da 1ª Vara e das Execuções Criminais (INQUÉRITO, 1954, p. 22-23).

Processos crime que instituem o ritual do Inquérito Policial, no âmbito do Direito Penal, com suas oitivas de testemunhas e argumentação das partes envolvidas, como afirmaram Eni Samara e Ismênia Tupy (2007) “[...] representam uma fonte interessante, de ordem qualitativa, para o estudo do cotidiano porque abrangem todas as camadas sociais. E envolvem a leitura e análise de muito material subjetivo”.

Uma análise de discurso superficial cruzada do documento revela que entre os envolvidos, três utilizaram a palavra “trucidamento” ou “trucidado” em seus relatos sobre o ocorrido. Dentre eles o próprio capitão Manoel Vicente Ferreira. Já a palavra “bárbaro” aparece duas vezes, primeiro na fala de Humberto Amado ao se referir à “vida barbaramente sacrificada” e no relatório final ao tratar do “bárbaro crime”. Ressalta-se ainda que João Francisco Silva qualificou Lídio Paixão como “inditoso” cuja definição indica “pessoa que não possui boa sorte”, “que foi alvo de infortúnio”, “infeliz ou desgraçado”, “azarado” e “desventurado”. Já Leônidas Dantas utilizou um discurso mais ameno atribuindo à multidão a complacência de um povo que estava em “inquietação e desespero”.

Vários dos qualificativos utilizados para referir-se ao crime transmitem o medo evocado pelas massas, associando a ideia de descontrole coletivo à violência. E no Brasil, sobretudo da proclamação à consolidação do regime republicano, a imposição da “ordem” para se alcançar o “progresso” pressupunha a eliminação das contestações populares diretas, que não fossem pela representação dos partidos políticos.

Thais Aguiar (2009, p. 122) ao problematizar a questão de uma democracia temerosa das massas no ocidente, remonta principalmente aos séculos XVIII e XIX, quando as ações violentas da multidão aterrorizam as elites no poder. Cita Vilfredo Pareto e Joseph Schumpeter como pensadores que viam na coletividade a desorganização, a incapacidade de gestão de si mesma, a ilogicidade e a incompetência que fazia emergir o medo das massas no pensamento político moderno. Defendiam o guiamento da multidão pelos mais competentes, os mais capazes entre os grupos mais abastados e intelectualizados.

Ao abordar a temática da “multidão” dois clássicos são relevantes por sua notoriedade na análise de suas ações. O primeiro, *La foule criminelle: essai de psychologie criminelle*, de Scipio Sighele (1901), realiza uma leitura negativa da multidão na qual afirma o “pendor criminal” das associações coletivas, tendo publicado dois artigos, em 1891, no *Archivio di Psichiatria*, revista de Cesare Lombroso. Sighele opõe a noção do indivíduo que possui caráter, racionalidade, comportamento único e apresentável ao “desastre do quantitativo”, da reunião de indivíduos, cuja massa heterogênea os tornaria medíocres, irracionais e “patifes”.

Para o autor, a questão da responsabilidade penal “é relativamente simples, quando uma só pessoa é o autor do crime. É mais complicada, quando muitas pessoas tomam parte num mesmo crime”. Segue ainda afirmando que a solução é muito mais difícil se os autores do crime estão em “grandíssimo

número, tal que nem se pode precisar; numa palavra, quando o crime é obra de uma multidão”. Isso porque haveria uma “impossibilidade quase absoluta” na representação jurídica, uma vez que não se saberia como encontrar os culpados e, portanto, não haveria punição para eles.

O Inquérito Policial do crime contra Lídio Paixão, principalmente na conclusão do relatório, corrobora essa premissa já que nenhuma testemunha foi capaz de identificar qualquer participante da multidão responsável pelo linchamento e por isso encerra-se o caso sem uma sentença punitiva. Ao morto cabem somente orações e não a justiça.

Com uma compreensão distinta, “*A Multidão na História*”, de George Rudé (1991), ao estudar os movimentos populares na França e na Inglaterra entre 1730 e 1848, ressalta que durante muito tempo a multidão foi objeto de pesquisa de psiquiatras e sociólogos, tendo os historiadores deixado de lado o seu estudo. Ao delimitar a tipologia de multidão à qual se refere, Rudé chama a atenção para aquela envolta em “manifestações políticas” denominada pelos sociólogos de “multidão agressiva” ou “explosão hostil” promovendo atividades como greves, motins, rebeliões e revoluções. O historiador francês demonstra sua inclinação à visão da multidão como “povo”, defendida por Michelet, em detrimento da ideia de multidão como “ralé” proposta por Burke e Taine. Entretanto, ressalta que essas duas categorizações aparecem como abstrações que desmaterializam a multidão de sua condição de um conjunto de mulheres e homens de carne e osso.

O Inquérito Policial do crime cometido contra Lídio Paixão em suas oitavas, traz o discurso de uma multidão despersonalizada, “desenfreada”, que movida pela passionalidade chega ao nível da bestialidade ao cometer um assassinato. A multidão não tem nome, não tem rosto, por isso “ninguém sabe, ninguém viu” seus integrantes, impossíveis de serem identificados pelas testemunhas junto ao delegado.

A própria historiografia política sergipana reforça essa narrativa a exemplo da obra de Ariosvaldo Figueiredo (1990, p. 412) onde o autor afirma que

despertada pelos trabalhistas, agitada pela massa, Aracaju está nas mãos da ‘multidão enfurecida’ que segue para a Praça Fausto Cardoso, faz comício, termina com a morte do getulista Lídio Paixão, o qual, em meio a tensão, pede calma e paciência. A multidão fica revoltada e Lídio Paixão é esfaqueado.

Uma perspectiva diferenciada pode ser encontrada na escrita do cientista político Ibarê Dantas no livro que narra a história de Sergipe durante o período republicano, ao abordar a recepção da morte de Getúlio Vargas na capital relata:

Em Aracaju, a carta testamento de Vargas foi lida dramaticamente na Rádio Difusora, acompanhada de comentários sensacionalistas, apontando os udenistas como responsáveis pela tragédia. As massas indignadas acorreram às ruas contra os supostos opositores de Vargas. Um popular foi assassinado na praça Fausto Cardoso, casas de udenistas e o jornal Correio de Aracaju foram depredados. Forças do Exército intervieram e evitaram a invasão da Rádio Liberdade, veículo da UDN, e da residência de Leandro Maciel (2004, p. 128).

No entanto, nessa abordagem se a multidão é tratada como “massa indignada” (ou aquela que possui uma dignidade que lhe foi tolhida com a notícia do suicídio de Vargas “motivado pela perseguição de seus opositores udenistas”), a vítima é quem aparece de modo “indigente” como “um popular

assassinado”, sem nome, sem biografia. Logo Lídio Paixão que concorrera às eleições de vereadores pelo PSP.

Já a monografia de graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), defendida em 1999 por Rosemary Bomfim Santos, ressaltou:

A revolta dos populares se voltou contra ele, principalmente porque no seu discurso, Lídio Paixão insistiu em defender a União Democrática Nacional e Leandro Maciel, presidente da seção sergipana da UDN, afirmando que nem o partido nem o seu líder eram responsáveis pela morte do presidente.

[...]

O crime da multidão foi uma demonstração da sua revolta e de seu desespero. Numa ação rápida, inesperada e incontrolável, os populares calaram a única voz que naquele momento não se unia à sua, que não agia em conformidade com eles, entendendo aquela atitude como uma ofensa não só a si própria, mas, principalmente ao seu grande líder.

A multidão em sua revolta é justificada por seu desespero. Os “populares” aparecem mais humanizados, movidos pela dor e pelo contexto político que lhes fora desfavorável. A análise aproxima-se mais da visão de Rudé (1991).

O historiador Fernando Sá (2004) ao escrever sobre os 50 anos do suicídio de Getúlio Vargas, trouxe os acontecimentos sergipanos do período como o fechamento do comércio sob a pressão da “multidão de operários e estudantes”. Ele é um dos poucos a conferir uma identidade à massa. Informou ainda sobre a passeata, organizada pelo PTB local, nos bairros populares de Aracaju cuja confluência se deu na praça Fausto Cardoso. Refere-se à “fúria popular contra os adversários políticos de Vargas” que resultou no linchamento de Lídio Paixão. Classifica o fato como um “ato impensado e trágico da multidão” que acabou por adiar a concentração organizada pelo PTB no dia seguinte (25 de agosto) no bairro Siqueira Campos. De acordo com o autor:

A multidão só foi contida com a intervenção política das lideranças petebistas, combinada com a ação da polícia e do Exército. Embora os motins tenham acabado no dia 25 de agosto, inúmeras homenagens a Vargas estenderam-se até o trigésimo dia de seu falecimento.

A identificação do líder com as massas e o intuito da construção da imagem do suicídio heroico tornaram compreensíveis as reações públicas de dor, revolta e, às vezes, de histerismo coletivo. Envolto no clima da Guerra Fria, não podemos esquecer ainda da repressão policial desencadeada contra os comunistas por supor que eles insuflaram as massas, como foi noticiado no jornal *A Cruzada*, de Aracaju.

Fernando Sá (2004) segue na linha de compreensão da violência das massas que orbitava entre a dor, a revolta e a histeria coletiva em razão de um contexto histórico de tensões e ebulições políticas e psicológicas ocasionadas por violências ainda maiores na guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, ou mesmo estatais como a repressão policial aos comunistas em Sergipe.

Deve-se salientar, entretanto, que a Carta Testamento de Vargas parece ter sido o derradeiro xeque-mate no jogo de múltiplos interesses políticos, pois o tom dramático da despedida daquele líder que se colocava como um mártir da república, insultado, caluniado, sem direito de defesa, impedido de defender o povo, principalmente os mais humildes, ressoou na psicologia das pessoas. Sua imagem de revolucionário, vitorioso, que foi obrigado a renunciar antes, mas retornou ao poder nos braços do povo, o mitificou. Aquele que lutou contra tudo e contra todos pela liberdade do trabalhador e chegado

ao momento limite, a única coisa que poderia fazer para defender o mesmo povo era oferecer o seu sangue, o holocausto de sua vida, reafirmando sua presença etérea entre aquela multidão. Clama para que seu sacrifício seja tomado como uma bandeira de luta e de resistência por um povo que jamais voltará a ser escravizado.

Todo o seu discurso é voltado para a multidão, sem nomear um grupo específico, mas unindo todos aqueles que acreditavam naquelas palavras, tocados em seu emocional pela urgência do momento. A massa não é amorfa ou sem propósito, ela tem um líder póstumo, ela tem um objetivo traçado pois as instruções estavam dadas. O único problema foi que em Sergipe, no meio do caminho, como no poema de Drummond, houve uma pedra... Lídio Paixão. Mártir das circunstâncias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que Lídio Paixão estava no lugar errado, na hora errada, discursando para a multidão errada. Incompreendido em sua fala e em sua trajetória política tombou sob a reação de uma multidão cujos atos violentos eram reforçados pelos fantasmas de contendas envolvendo a praça e seus personagens ancestrais. O uso da força para a solução dos problemas no Nordeste era uma prática histórica, resultando em crimes e impunidades em várias classes sociais.

Episódios como o linchamento de Lídio Paixão foram pouco referenciados pela historiografia, principalmente no que tange sua inserção nas interpretações políticas nacionais. Tornou-se um fato “quase esquecido”, um conto do cotidiano local de um pequeno estado como Sergipe, sem maior expressividade. Em grande parte, isso ocorreu por três razões: primeiro, pela falta de interesse de mais pesquisadores, que destoando do exemplo de Rosemary Santos, não têm buscado aprofundar os estudos sobre as massas na política sergipana integrando-a nas pesquisas do panorama nacional. Afinal, a morte de Lídio Paixão ocorre no ricochete das revoltas populares desencadeadas em todo o país depois do suicídio de Vargas.

Segundo, silenciamentos, obscurantismos e lacunas a respeito de revoltas do povo em várias temporalidades do Brasil fazem parte de uma estratégia política das elites para a construção da imagem de uma população “pacífica”, “passiva” e “ordeira”. A demofobia ainda orbita os altares dos grupos privilegiados, portanto, ao esconder reações violentas no âmbito do descontentamento político, a multidão é retirada do palco enquanto protagonista, pois esse espaço é projetado pelo *status quo* para lideranças individuais “redentoras”.

Em terceiro, ainda há uma extrema dificuldade da intelectualidade em lidar com “a multidão na história”, principalmente em Sergipe – terra da historiografia das genealogias familiares, das apologias às individualidades de personagens políticos de uma elite branca homenageada com bustos, estátuas, praças e edificações que levam seu nome – onde os agrupamentos somente são tratados de modo “geral” em trabalhos sobre a escravidão africana, os grupos folclóricos de cidades como Laranjeiras ou nas procissões da religiosidade popular do município de São Cristóvão. Evidencia-se então um desconforto dos historiadores sergipanos na abordagem da “população”, ainda mais diante de um crime sem punição. Como tratá-la? Culpabilizá-la? Inocentá-la? Erigir tribunais de julgamento, condenação ou absolvição textual?

E ainda, distintamente de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, dentre outros, Lídio Paixão era um homem da própria multidão, um trabalhador, um técnico de mecânica de refrigeração que tentou se imiscuir nos circuitos fechados da política republicana sergipana. Não era oriundo de “família nobre” e ainda mantinha a ambiguidade de nomear seu filho como “Getúlio” ao mesmo tempo que defendia a UDN e Leandro Maciel. Contradição que o torna muito incômodo também aos trabalhos de cunho marxista.

A mudança de paradigma virá somente com uma nova mentalidade que afirme o descentramento do estudo das *personas* para ir de encontro às aglomerações, dos grupos privilegiados, do conservadorismo político e do próprio coronelismo, que ainda grassa no estado e se manifesta em produções historiográficas como as do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), para olhar o povo de perto enquanto sujeito histórico, sejam seus componentes anônimos ou identificados em sua pluralidade, diversidade e mesmo antagonismo de papéis sociais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Thais Florêncio de. Qu'est-ce qu'une démocratie demophobique? Programme pour une genealogie des principes démocratiques. *Passages de Paris Édition Spéciale* (2009) 119-133. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2009/articles/Artigo%20-%20Thais%20Aguiar.pdf>>, Acesso em: 20 mai. 2017.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*. República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Do golpe de 15-11-1889 ao golpe de 31-3-1964. Vol. 3. Texas: Universidade do Texas, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, Lília Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.4. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. *A Carta-testamento e o legado de Vargas*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>>, Acesso em: 16 mai 2017.

INQUÉRITO Inquérito Policial com Termo de Declarações prestadas sobre o tumulto após a morte de Getúlio Vargas. 23 fls. (Arquivo Público do Poder Judiciário do Estado de Sergipe). Agosto a novembro de 1954.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2º Vol. Memória. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 103-115.

LEITE, Maria Lúcia de Carvalho; NUNES, Verônica M. M. *Exemplares da arquitetura oficial na cidade de Aracaju (1855-1926)*. Il. Melcíades Souza. Aracaju: MinC/PMA – Sec. Municipal de Cultura, [1990].

MELINS, Murillo. *Aracaju Romântica que vi e vivi*. Anos 40 e 50. Aracaju: UNIT, 2007.

MONTALVÃO, Sérgio. *Fausto Cardoso (dep. fed. SE 1900-1902 e 1906)*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Fausto.pdf>>, Acesso em: 15 mai 2017.

NEVES, Lucília de Almeida. Getúlio: mito, história e ficção. *ArtCultura*, Uberlândia, v.7, n.10, p. 207-2011, jan. – jul. 2005.

OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro*. Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. São Cristóvão: EDUFS, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Os vários olhares sobre Getúlio*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/VariosOlhares>>, Acesso em: 16 mai. 2017.

PAIXÃO, Anita Rocha. *Data Histórica*. [2004]. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=26736>>, Acesso em: 12 mai 2017.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Entre o Mito e a História: 50 anos do suicídio de Getúlio Vargas (1954-2004)*. [2004]. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=26588>>, Acesso em: 12 mai 2017.

SAMARA, Eni Mesquita de; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Rosemary Bomfim. *Entre a Dor e a Revolta: O Suicídio de Vargas e os Protestos Populares em Sergipe (agosto de 1954)*. São Cristóvão: Departamento de História/Universidade Federal de Sergipe, 1999 (monografia de graduação).

SIGHELE, Scipio. *La foule criminelle: essai de psychologie criminelle*. Trad. Paul Vigny. Paris: Félix Alcan, Éditeur. (Deuxième édition entièrement refondue). Édition numérique [1901]. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/classiques/sighele\\_scipio/foule\\_criminelle/la\\_foule\\_criminelle.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/sighele_scipio/foule_criminelle/la_foule_criminelle.pdf)>, Acesso em: 20 mai. 2017.

VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. Cópia datilografada. 2fls. (GV c 1954.08.24/2). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1954.

WESTIN, Ricardo. Senado ficou perplexo ante suicídio de Getúlio. In: *Arquivo S*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/arquivos-pdf/senado-ficou-perplexo-ante-suicidio-de-getulio>>, Acesso em: 16 mai. 2017.